

Projeto da Vale tem restrições ambientais

Enio Vieira
de Brasília

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) enfrentará resistências na área ambiental para construir uma unidade de geração de energia elétrica no Rio Preto, que fica na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais. A prefeitura de Resende (RJ) está buscando o apoio do Ministério do Meio Ambiente para barrar a obra — que, de acordo com estimativas já anunciadas, deverá custar R\$ 30 milhões.

“A princípio a obra está em área protegida. Do jeito que está, a Vale do Rio Doce terá certamente de refazer o projeto”, disse ontem o ministro José Sarney Filho, que está se posicionando ao lado prefeitura. A obra prevê o desvio do rio e deve servir como fonte para consumo próprio da Vale. A construção secará a Cachoeira da Fumaça, uma queda d’água de aproximadamente 200 metros de altura.

A Vale já tem há anos a concessão para explorar a queda d’água. A em-

presa pretende desviar a água no trecho anterior da cachoeira, jogá-la numa tubulação e transportá-la até a unidade de geração. “Mesmo que seja para redução de custos, não se justifica um dano ambiental desse tamanho”, afirmou o secretário do Meio Ambiente de Resende, Cláudio Serricchio, que defende somente a exploração turística da cachoeira.

O ministro Sarney Filho lembrou que a CRVD será obrigada a fazer audiências públicas e realizar um estudo de impacto ambiental para retirar o projeto do papel. É nesse ponto que poderão surgir entraves aos planos da empresa, uma vez que a Cachoeira da Fumaça está numa Área de Proteção Ambiental (APA).

Com esse quadro, ficam reduzidas as chances de que seja obtida licença para a obra no Rio Preto. O ministro do Meio Ambiente afirmou que, em qualquer hipótese, a cachoeira deverá ser mantida para que a Vale receba o sinal verde do órgãos de fiscalização.